

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota  
Kalume  
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[Justiça de São Paulo decide que lei municipal que prevê academias e brinquedos adaptados para Pessoas com Deficiência em locais públicos não fere a separação de poderes](#)

[STJ – Registro extemporâneo de alteração societária não pode ter efeitos retroativos](#)

[STJ admite penhora de direito aquisitivo de imóvel do Minha Casa, Minha Vida](#)

[STF – Imóveis destinados a atividade econômica em aeroporto do RN devem pagar IPTU](#)

[TJDFT – Defensoria Pública e CODHAB iniciam tratativas para parceria na área pré-processual](#)

[TJPB – Construtora é condenada em danos morais por atraso de seis anos na entrega de imóvel](#)

[TJES – Negada indenização a locatários que afirmaram que imóvel estaria em situação de inabitabilidade](#)

[TST – Sindicato próprio volta a representar engenheiros empregados de construtora](#)

[JFPR suspende licença prévia de construção da Ponte de Guaratuba](#)



[@MOTAKALUME\\_ADV](#)

Mota  
Kalume  
ADVOGADOS

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[TRT2 – Comprador de boa-fé obtém afastamento da penhora de imóvel em execução trabalhista](#)

[TJRN – Órgão ambiental deve dar continuidade em licenciamento para instalação de parque eólico em São Miguel do Gostoso](#)

[TRF4 – Empregador pessoa física dono de obra não é obrigado a recolher Salário-Educação, Sebrae, Senai e Sesi](#)

[TJDFT – Novacap deve indenizar motorista que teve veículo danificado em alagamento](#)

[TJSP – Mantida indenização a moradora após demolição de imóvel sem prévio aviso](#)

[TJSC – Município indenizará motorista que caiu com carro em rio por pista mal sinalizada](#)

[Motociclista que caiu em buraco feito pelo DER-RO, tem confirmação de indenização no TJRO](#)

[TRT23 – Empresa terá que indenizar carpinteiro que caiu em buraco e teve perna esmagada por viga](#)

[TJMG – Condomínio terá que indenizar idosa ferida por queda de fachada](#)



@MOTAKALUME\_ADV

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[STF invalida lei de BH sobre instalação de infraestruturas de telecomunicações](#)

[TRF1 – Ocupante de imóvel transferido por contrato particular de compra e venda e reconhecido como propriedade da União não tem interesse processual para propor indenização por benfeitoria necessária](#)

[Regulamenta a iniciativa MCMV e demais aportes de recursos públicos aplicáveis à linha de atendimento de provisão financiada de unidades habitacionais novas ou usadas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço \(FGTS\)](#)

[Solução de consulta RFB – Somente podem ser considerados serviços com emprego de materiais, nos termos da IN RFB nº 1.234, de 2012, os serviços em que sejam efetivamente fornecidos materiais inerentes à prestação do serviço e desde que haja a discriminação contratual e no momento do pagamento, nas notas fiscais ou faturas, dos materiais fornecidos](#)

[TCU – É possível, no regime de contratação integrada da Lei 12.462/2011 \(RDC\), a transferência do licenciamento ambiental ao contratado, não apenas pela superveniência da Lei 14.133/2021 \(nova Lei de Licitações e Contratos\), a qual admite a atribuição do licenciamento ambiental ao particular \(art. 25, § 5º, inciso I\), mas também para compatibilizar o emprego da contratação integrada com o referido licenciamento](#)



[@MOTAKALUME\\_ADV](#)

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS